

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO
N.º 01/2022

**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E
EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA
PARA GERENCIAMENTO DE FROTA DE
VEÍCULOS.**

(RELANÇAMENTO)

Pregão Eletrônico nº 01/2022 (Relançamento)

Processo nº 02/2022

O Instituto de Desenvolvimento do Trabalho - IDT, com sede na Avenida da Universidade nº 2596, Fortaleza-CE, por intermédio da Comissão de Licitação, torna público que no dia e hora abaixo determinado, será realizada licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para execução em regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, do tipo **MENOR PERCENTUAL DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO**, que será regido pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decretos Estaduais nº 33.326, de 29 de outubro de 2019, 32.824 de 11 de outubro de 2018, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente Edital.

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente Edital e seus anexos, contendo todos os documentos, dados e informações necessárias à elaboração da proposta poderão ser obtidos no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br, onde se encontra o link para o Sistema de Pregão Eletrônico, no qual ocorrerá a sessão pública, realizada por meio da Internet.

1.1.1. Os interessados poderão obter maiores esclarecimentos ou dirimir suas dúvidas acerca do objeto deste Edital ou interpretação de qualquer de seus dispositivos, por escrito, até 03 (três) dias úteis anteriores à data do início da licitação, no seguinte endereço eletrônico **comissao_licitacao@idt.org.br**

1.2. As regras e condições do presente Pregão Eletrônico estão devidamente explicitadas neste Edital e seus anexos.

1.3. O Pregão a que se refere este Edital poderá ser adiado, revogado, por razões de interesse público, ou anulado, sem que caiba aos licitantes qualquer direito à indenização de acordo com o art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93.

1.4. Informações do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT.

- ✓ Endereço: Av. da Universidade, nº 2596, Benfica, Fortaleza – Ceará, CEP. 60.020- 180.
- ✓ Horário de Funcionamento: de 08:00 às 12:00 e de 13:00 às 17:00 horas.

1.5. Definições. Para fins desta licitação, consideram-se:

- ✓ IDT – Instituto de Desenvolvimento do Trabalho
- ✓ CEL – Comissão Especial de Licitação
- ✓ Proponente ou Licitante: a empresa que apresentar proposta nesta licitação, previamente credenciada perante o provedor do sistema eletrônico.

2. DO OBJETO

Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de gerenciamento de frota de veículos, com utilização de Cartão Magnético em rede de postos de combustíveis credenciados e serviços especializados, que disponha de um controle eletrônico eficaz de gestão de frota de veículos, para atender as necessidades do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT, conforme descrito no Anexo I - Termo de Referência.

3. DO ACESSO AO EDITAL, DO LOCAL DE REALIZAÇÃO E DO PREGOEIRO

3.1. O edital está disponível gratuitamente nos sítios www.idt.org.br e www.licitacoes-e.com.br.

3.2. O certame será realizado por meio do sistema do Banco do Brasil, no endereço eletrônico <https://www.licitacoes-e.com.br>, pelo pregoeiro Rosana Barbosa Rodrigues telefone (85)2180-6210.

3.2. INÍCIO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 04/03/2022.

3.3. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 16/03/2022 às 08:45 horas

3.4. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 16/03/2022 às 9:00 horas

3.5. REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo contidas neste Edital será observado o **horário de Brasília/DF**.

3.6. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarçada, para no mínimo 48h (quarenta e oito horas) a contar da respectiva data, com divulgação no site do IDT.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. As despesas decorrentes da Ata de Registro de Preços correrão pelas fontes de recursos das dotações orçamentárias do IDT, a ser informada quando da lavratura do instrumento contratual.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Os interessados em participar deste certame deverão estar devidamente credenciados junto ao sistema do Banco do Brasil S.A.

5.1.1. As regras para credenciamento estarão disponíveis no site constante no subitem 3.2 deste edital.

5.2. Será garantido aos licitantes enquadrados como microempresas, empresas de pequeno porte e as cooperativas conforme os termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, o critério de desempate, preferência de contratação, previsto na Lei Complementar nº 123/2006, em seu Capítulo V – DO ACESSO AOS MERCADOS / Das Aquisições Públicas.

5.2.1. Tratando-se de microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas, deverão declarar no Sistema do Banco do Brasil o exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº 123/2006.

5.3. A participação implica a aceitação integral dos termos deste edital.

5.4. É vedada a participação de pessoa física, e de pessoa jurídica nos seguintes casos:

5.4.1. Sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua constituição.

5.4.2. Que tenham em comum um ou mais sócios cotistas e/ou prepostos com procuração.

5.4.3. Que estejam em estado de insolvência civil, sob processo de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução, fusão, cisão, incorporação e liquidação.

5.4.4. Suspensas temporariamente ou Impedidas de licitar e contratar com o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT e/ou Administração Pública.

5.4.5. Declaradas inidôneas pelo Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT e/ou Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes desta condição.

5.4.6. Empresas cujos dirigentes, gerentes ou sócios sejam empregados do IDT.

5.4.7. Empresa com sócio cotista que tenha parentesco até o 3º grau (consangüinidade e/ou afinidade) com algum membro da comissão de licitação e demais colaboradores direta ou indiretamente envolvidos no processo licitatório.

5.4.8. Estrangeiras não autorizadas a comercializar no país.

5.4.9. Cujo estatuto ou contrato social não inclua em seu objetivo social atividade compatível com o objeto do certame.

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

6.1.1. Para o credenciamento, será necessário o comparecimento do representante legal da sociedade licitante a estabelecimento indicado pelo provedor do sistema, portando cópia do contrato social, do CNPJ e dos documentos pessoais dos sócios, do Termo de Adesão ao Regulamento (de utilização do sistema), do Termo de Nomeação de Representante, que habilitará a pessoa física indicada a realizar negócios em nome da pessoa jurídica credenciada.

6.2. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de senha, ainda que por terceiros.

6.3. A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

6.4. O credenciamento do licitante junto ao provedor do sistema implica na presunção de sua capacidade técnica para realização das operações inerentes ao Pregão Eletrônico.

7. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA

7.1. As licitantes encaminharão até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, **pela Internet, no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br, os documentos de habilitação e a proposta** com a descrição do objeto ofertado e o preço, bem como declaração de responsabilidade pela autenticidade dos documentos apresentados.

7.2. As licitantes poderão retirar ou substituir as propostas e os documentos de habilitação por eles apresentados, até o término do prazo para recebimento.

7.3. Somente será aceita a realização de cotações, por fornecedor, que representem 100% (cem por cento) das quantidades demandadas. E quando houver lotes com mais de um item, obrigatoriamente todos os itens do lote deverão ser cotados na proposta.

7.4. Não se admitirá proposta que apresente preço incompatível com os preços de mercado, ainda que não se tenha estabelecido limite mínimo.

7.5. Para participar da disputa o licitante **DEVERÁ LANÇAR NO SITE DO BANCO DO BRASIL O VALOR REFERENCIAL PARA DISPUTA CONFORME FORMULA ABAIXO:**

$V.R = 100 + (T.A \times 100)$ onde:

- a) V.R = Valor Referencial (valor a ser lançado no site do www.licitacoes-e.com.br);
- b) T.A = Taxa de Administração;
- c) 100 = valor base para disputa.

Tabela 1 - Tabela Exemplificativa De Conversão De Valores Referenciais

COLUNA 1	VALOR BASE DE DISPUTA	COLUNA 2
VALOR REFERENCIAL – VR		TAXA DE ADMINISTRAÇÃO CORRESPONDENTE
101	100	1,00%
100,5		0,50%

100		0,00%
99,99		-0,01%
99,5		-0,50%
99		-1,00%
98		-2,00%

7.6. A **Tabela 1** serve como exemplo dos correspondentes percentuais que serão ofertados conforme cada valor referencial lançado no site do Licitações-e, como podemos exemplificar abaixo:

Ao se lançar no site da disputa o valor de 101, corresponderá, conforme a fórmula da disputa, a uma taxa de administração de 1%.

Qualquer valor lançado no site da disputa acima de 100 corresponderá a uma taxa de administração positiva; qualquer valor lançado no site da disputa abaixo de 100 corresponderá a uma taxa de administração negativa.

7.7. **Ao final da disputa**, a licitante que tiver ofertado o menor **percentual da taxa de administração** por lote, **deverá anexar ao sistema, a proposta comercial ajustada ao valor do último lance**, ou outro valor negociado com o pregoeiro, se for o caso, escrita em papel timbrado da proponente, e conforme modelo do ANEXO II.

7.7.1. Em caso de indisponibilidade do sistema eletrônico, a proposta poderá ser enviada para o e-mail: comissao_licitacao@idt.org.br e será carimbada com a data e hora de recebimento.

7.8. O licitante não poderá cotar proposta com quantitativo de item/lote inferior ao determinado no edital.

7.9. Na cotação de preço unitário, será admitido o fracionamento do centavo somente no caso da determinação da expressão monetária de valores que necessitem da avaliação de grandezas inferiores ao centavo, sendo as frações resultantes desprezadas ao final dos cálculos.

7.10. A proposta apresentada e os lances formulados devem incluir todas as despesas necessárias para a perfeita execução do objeto licitado, considerando além do lucro, todos os custos e as despesas incidentes, como por exemplo: IPI, ICMS, taxas, fretes, transporte, seguros, tributos de qualquer natureza, contribuições e qualquer outra incidência fiscal e/ou tributária.

7.11. Os preços cotados e os valores faturados, em moeda corrente nacional, serão fixos, podendo ser reajustados desde que observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, a contar da apresentação da proposta, mediante negociações entre as partes, tendo como limite máximo a variação do IGP/DI – FGV.

7.12. A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa em linguagem clara e concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, com as especificações técnicas, quantitativos, marca/modelo, nos termos do Anexo I- Termo de Referência deste edital.

7.13. Prazo de validade não inferior a **90 (noventa) dias**, contados a partir da data da sua emissão.

7.14. O campo “Informações Adicionais” poderá ser utilizado a critério do licitante.

7.15. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.16. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante melhor classificada **somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.**

7.17. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados da seguinte forma:

7.17.1. Obrigatoriamente, da mesma sede, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para todas as filiais. O contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

7.17.2. O documento obtido através de *sítios* oficiais, que esteja condicionado à aceitação via internet, terá sua autenticidade verificada pelo pregoeiro.

7.17.3. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.

7.17.4. Documentos de procedência estrangeira, emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.

7.18. Para simples acompanhamento da licitação, o interessado poderá acessar na internet o endereço www.licitacoes-e.com.br, onde se encontra o link para o Sistema de Pregão Eletrônico.

7.19. Pela elaboração da proposta o proponente não terá direito a auferir qualquer vantagem, remuneração ou indenização.

7.20. A critério da Comissão de Licitação poderão ser relevados erros ou omissões formais e/ou materiais, de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas.

8. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA ACEITABILIDADE

8.1. Abertas as propostas, o pregoeiro fará as devidas verificações, avaliando a aceitabilidade das mesmas. Caso ocorra alguma desclassificação, será fundamentada e registrada no sistema.

8.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro e somente estas participarão da etapa de lances.

9. DA ETAPA DE LANCES

9.1. O pregoeiro dará início à etapa competitiva no horário previsto no subitem 3.4, quando, então, os licitantes devidamente conectados ao sistema, poderão encaminhar lances.

9.2. Os lances deverão ser formulados exclusivamente por meio do sistema eletrônico em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço ou ao último valor apresentado pela própria licitante ofertante, observada em ambos os casos a redução mínima fixado no item 9.2.1, aplicável, inclusive, em relação ao primeiro formulado, prevalecendo o primeiro lance recebido, quando ocorrerem 02 (dois) ou mais lances do mesmo valor.

9.2.1. O valor de redução mínima entre os lances será de R\$ 0,01 (hum centavo de real).

9.3. A etapa de lances terá a duração de 10 (dez) minutos. (SISTEMA ABERTO)

9.3.1. A duração da etapa de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema, visando à continuidade da disputa, quando houver lance admissível ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de que trata o item 9.3 ou nos sucessivos períodos de prorrogação automática.

9.3.2. Não havendo novos lances ofertados, a duração da prorrogação encerrar-se-á, automaticamente, quando atingido o SEGUNDO minuto contado a partir do registro no sistema do último lance que ensejar prorrogação.

9.3.3. No decorrer da etapa de lances, as licitantes serão informadas pelo sistema eletrônico:

9.3.3.1. Dos lances admitidos e dos inválidos, horários de seus registros no sistema e respectivos valores;

9.3.3.2. Do tempo restante para o encerramento da etapa de lances.

9.4. A etapa de lances será considerada encerrada, findos os períodos de duração indicados no item 9.3. e seguintes.

9.5. **Classificação:** Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará a nova grade ordenatória contendo a classificação final, em ordem crescente de valores, considerando o último preço admitido de cada licitante.

9.6. **Empate ficto:** Com base na classificação a que alude o item 9.5, será assegurada às licitantes microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

9.6.1. A microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao valor da proposta melhor classificada, será convocada pelo Pregoeiro para que apresente preço inferior ao da melhor classificada no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.

9.6.2. Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488/2007. Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata o item 9.5, seja microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço.

9.7. **Negociação:** O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor mediante troca de mensagens abertas no sistema, com vistas à redução do preço.

9.8. **Aceitabilidade:** Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

9.9. Durante a sessão pública de disputa, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances ao pregoeiro nem as demais participantes.

9.10. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

9.11. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

9.12. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.13. O sistema informará a proposta de menor preço ao encerrar a fase de disputa.

10. DA LICITANTE ARREMATANTE

10.1. O pregoeiro poderá negociar exclusivamente pelo sistema, em campo próprio, a fim de obter melhor preço:

10.1.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta a licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

10.2. Definido o valor final da proposta, o pregoeiro convocará a arrematante para anexar em campo próprio do sistema, no prazo de até **2 (duas) horas, a proposta de preços com os**

respectivos valores readequados ao último lance ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.3. A proposta deverá ser anexada em conformidade com o item 7 deste edital.

10.4. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação da licitante, observado o disposto neste Edital.

10.5. Havendo a necessidade de envio de documentos complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, a licitante será convocada a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação ou inabilitação.

10.6. O descumprimento dos prazos acima estabelecidos é causa de desclassificação da licitante, sendo convocada a licitante subsequente, e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação.

10.7. Após a apresentação da proposta não caberá desistência.

11. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

11.1. O julgamento desta licitação será feito pelo critério de MENOR PERCENTUAL DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO, observadas todas as condições definidas neste Edital.

11.2. Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, a licitante autora da proposta ou lance de menor valor será habilitada e declarada vencedora do certame.

11.3. Se a oferta **não** for aceitável, ou se a licitante classificada em primeiro lugar for inabilitada, ou na hipótese de descumprimento de qualquer outra exigência estabelecida no instrumento convocatório, caberá à CEL autorizar o pregoeiro a examinar a oferta subsequente de menor preço, negociar com o seu autor, decidir sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificar as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cuja autora atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora.

11.4. Declarado o licitante vencedor pela Comissão de Licitação, o pregoeiro consignará esta decisão e os eventos ocorridos em ata própria, que será disponibilizada pelo sistema eletrônico, a todos os licitantes.

11.5. Serão desclassificadas as propostas comerciais:

11.5.1. Em condições ilegais, omissões, ou conflitos com as exigências deste edital.

11.5.2. Com preços superiores aos praticados no mercado, ou comprovadamente inexeqüíveis.

11.5.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

12.1.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual.

12.1.2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, as atas de eleição de seus diretores, regularmente registrado.

12.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ata de eleição da diretoria em exercício.

12.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

12.1.5. Documento Oficial de Identificação e CPF do Representante Legal da Empresa.

12.1.6. Em caso da Administração da Pessoa Jurídica seja feita por procuração, a mesma deverá ser reconhecida firma e deverá ser acompanhada da Documentação elencada no item 12.1.5, tanto do outorgante como do outorgado.

12.2. DA REGULARIDADE FISCAL

12.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

12.2.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.2.3. Prova de Regularidade Fiscal concernente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, por meio de “Certidão Conjunta emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN”, dentro do prazo de validade;

12.2.4. Prova de situação regular para com a Fazenda Estadual da sede do licitante, que deverá ser feita por meio de Certidão Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual;

12.2.5. Prova de situação regular para com a Fazenda Municipal da Sede do Licitante, que deverá ser feita por meio de Certidão Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal;

12.2.6. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (art. 27, alínea “a”, Lei nº 8.036, de 11/05/90, emitido pela Caixa Econômica Federal;

12.2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e considerando o disposto no art. 3º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011.

12.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

12.3.1. Certidão Negativa de Falência ou Concordata e Recuperação Judicial expedida pelo Distribuidor Judicial, Justiça Ordinária, da sede do licitante com prazo de validade expresse na própria certidão.

12.3.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

12.3.3. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

12.3.3.1. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

12.3.4. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

12.3.2.1. O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui capital mínimo ou patrimônio líquido equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação, ou ainda, apresentar a comprovação, caso a licitante não apresente os índices contábeis positivos, que prove ter executado contrato com a administração pública nos moldes semelhantes à presente licitação mesmo em situação de insolvência contábil.

12.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.4.1 Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, mediante apresentação de Declaração (ões) e/ou Atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, respeitando os requisitos abaixo:

12.4.1.2. O atestado/declaração deverá conter, no mínimo, o nome da empresa/órgão contratante; o nome do responsável; quais foram os serviços executados; o período do contrato e se a empresa ficou satisfeita com a entrega do serviço.

12.4.1.3. Para fins de comprovação, somente serão aceitos os atestados referentes a serviços realizados pela Licitante em sua personalidade jurídica própria. Dessa forma, não serão aceitos atestados em nomes de empresas que pertençam ao seu grupo empresarial para demonstração de sua capacidade técnica.

12.4.1.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

12.5. OUTRAS COMPROVAÇÕES

12.5.1. Proposta comercial, conforme o constante no **ANEXO II**.

12.5.2. O licitante deverá apresentar documento relativo ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, conforme **ANEXO III** - Declaração Especial, que também contempla a declaração de inexistência de impedimento de participação em licitação.

12.5.3. Em caso de ME, EPP ou COOP, apresentar certidão emitida pela Junta Comercial ou outro documento que comprove o devido **enquadramento na condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa**.

12.6. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

12.6.1. Os documentos deverão estar válidos na data de entrega.

12.6.2. As certidões fiscais positivas, com efeito de negativa, serão aceitas.

12.6.3. Certidões de Dívidas/Falência e Certificados de Regularidade que não tenham prazo de validade constantes em seus textos serão consideradas válidas no presente certame licitatório por 30 (trinta) dias contados de sua expedição.

12.6.4. Não serão aceitos Declaração(ões) e/ou Atestado(s), que certifiquem fornecimento, de empresas participantes do presente certame licitatório que sejam emitidos por outra empresa, também, participante do mesmo Certame Licitatório, ou seja, **reciprocidade de Declaração(ões) e/ou Atestado(s)**.

12.6.4.1. A Declaração (ões) e/ou Atestado(s), que certifiquem fornecimento, emitida(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito privado devem estar escritas em **papel timbrado** e ter **firmas reconhecidas** de quem as emitiu, **ressalvadas as condições no item 12.6.12**.

12.6.5. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal da microempresa, da empresa de pequeno porte ou da cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização do(s) documento(s), podendo tal prazo ser prorrogado por igual período, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações.

12.6.5.1. A não comprovação da regularidade fiscal, até o final do prazo estabelecido, implicará na decadência do direito, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado ao pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, por ordem de classificação.

12.6.6. Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação, poderão ser saneadas, inclusive mediante:

a) substituição e apresentação de documentos ou,

b) verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

12.6.7. A verificação será certificada pelo pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

12.6.8. O IDT não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

12.6.9. Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, a licitante autora da proposta ou lance de menor valor será habilitada e declarada vencedora do certame.

12.6.10. A Comissão de Licitação se reserva o direito de devolver à proponente, quaisquer documentos não solicitados, independente de encadernação ou numeração de páginas.

12.7. As autenticações de documentos serão dispensadas mediante a comparação entre o original e a cópia para atestar a autenticidade, pelo agente administrativo.

12.7.1. Fica garantida a validade jurídica dos documentos com a certificação digital (Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil) conforme está prevista no art. 1º da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

12.7.2. Os reconhecimentos de firma de documentos serão dispensados mediante a comparação entre o original do documento de identidade do signatário ou estando este presente e assinando o documento diante do agente administrativo.

12.7.3. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

12.7.4. A omissão de documentos constitui motivo suficiente para desclassificação do licitante, sendo obrigatória a apresentação, inclusive, de eventuais comprovantes de regularidade fiscal vencidos e a ajustar, de acordo com tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar Nº 123/2006.

13. DA AVALIAÇÃO TÉCNICA

13.1. A Comissão de Licitação encaminhará a proposta da empresa declarada vencedora aos técnicos do IDT para confirmação do atendimento das especificações solicitadas no Edital.

13.2. A Comissão de Licitação, caso julgue necessário, tem a prerrogativa de fazer a visita às instalações próprias ou contratadas da empresa que apresentar menor preço, sendo acompanhada pelos técnicos do IDT, para confirmação do atendimento das especificações solicitadas no Edital e seus anexos.

14. DA IMPUGNAÇÃO E DOS ESCLARECIMENTOS AO EDITAL

14.1. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até **3 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço comissao_licitacao@idt.org.br até as 17:00, no horário oficial de Brasília/DF, do último dia do prazo.

14.2. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal e/ou subscritas por representante não habilitado legalmente.

14.3. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, e pela área interessada, quando for o caso, decidir sobre a impugnação no prazo de até **02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento do pedido.**

14.4. O pregoeiro poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos. No caso de não ser respondido em tempo hábil, o pregoeiro poderá adiar a abertura da sessão pública.

14.4.1. Na petição de impugnação deverá constar o endereço, e-mail e telefone do impugnante ou de seu representante legal.

14.5. As respostas aos pedidos de impugnação serão divulgadas no sistema e vincularão os participantes e a administração.

14.6. Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto se a alteração não afetar a formulação das propostas.

15. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

15.1. Depois de declarado o vencedor, **no prazo de até 2(duas) horas úteis** e em campo próprio do sistema, qualquer licitante poderá manifestar de forma motivada a intenção de interpor recurso, indicando contra quais decisões pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

15.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

15.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

15.2.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação ao vencedor.

15.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.1.1. Não serão conhecidos os recursos intempestivos e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo licitatório para responder pelo proponente.

15.2. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.3. Os recursos serão dirigidos ao pregoeiro, que reconsiderando ou não sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso à autoridade superior, que ratificará ou não, de forma fundamentada.

15.4. A decisão em grau de recurso será definitiva, e dela dar-se-á conhecimento aos licitantes, no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br resumidamente, e na íntegra no site www.idt.org.br

15.5. Os casos omissos ao presente Pregão Eletrônico serão solucionados pela CEL e as questões relativas ao sistema, diretamente com o Banco do Brasil.

15.6. É facultado ao IDT, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1. A adjudicação dar-se-á pelo pregoeiro quando não ocorrer interposição de recursos. Caso contrário, a adjudicação ficará a cargo da autoridade superior.

16.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao vencedor.

16.3. O sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

17.1. Após a homologação do resultado da licitação, os preços ofertados pelas licitantes vencedoras dos itens, serão registrados na Ata de Registro de Preços, elaborada conforme o Anexo IV, deste edital.

17.1.1. As licitantes classificadas em primeiro lugar terão o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação, para comparecerem perante o gestor a fim de assinarem a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair do direito à contratação, e sem prejuízo das sanções previstas no Edital, podendo o prazo de comparecimento ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela administração.

17.2. A Ata de Registro de Preços poderá ser assinada por certificação digital

17.3. Será incluído na respectiva ata o registro dos licitantes que aceitarem cotar o produto com preços iguais ao do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, conforme permissivo legal do artigo 11, inciso II do Decreto Federal 7.892 de 23 de janeiro de 2013.

17.4. Com o objetivo de viabilizar o item acima, adjudicado o objeto ao licitante classificado em primeiro lugar, o pregoeiro provocará os demais licitantes, através do sistema, a fim de que se manifestem a cerca do interesse de serem incluídos na respectiva ata de registro de preços.

17.5. O licitante que deseje cotar o produto com preços iguais ao do licitante vencedor terá o prazo de até 24h (vinte e quatro horas), contados da adjudicação na plataforma do Banco do Brasil, para manifestar-se neste sentido, via e-mail institucional, indicando o número do Pregão Eletrônico e o(s) lote(s), bem como sua respectiva identificação, com CNPJ, Razão Social.

17.6. A ausência de manifestação dentro do referido prazo será considerada como negativa do licitante em fazer parte do cadastro de reserva da respectiva Ata de Registro de Preços.

17.7. Após a homologação do resultado da licitação, a ata da sessão do pregão eletrônico será anexada à Ata de Registro de Preços, indicando os licitantes que tiverem aceito cotar o produto com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, conforme permissivo legal do art. 11, inc. II do Decreto Federal 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

17.8. Se houver mais de um licitante na situação de que trata o caput, os licitantes serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a etapa competitiva.

17.9. O registro a que se refere o subitem anterior, tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para ser utilizado nas hipóteses em que o vencedor, quando convocado, não assinar a ata de registro de preços (art. 13, parágrafo único do Decreto Federal nº. 7.892/13) ou tiver seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 do Decreto nº. 7.892/2013 (art. 11, § 3º. do Decreto Federal nº. 7.892/13), oportunidade em que poderá ser revogada a adjudicação e a homologação já efetivadas, isso sem prejuízo da aplicação das cominações previstas em Lei e/ou no edital.

17.10. O prazo de validade da ata de registro de preços, computadas as eventuais prorrogações, não poderá ser superior a doze meses, contado a partir da data da sua assinatura.

17.11. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornasse superior ao preço praticado no mercado o IDT deverá:

- a) convocar os fornecedores visando à negociação para redução dos preços e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, os fornecedores serão liberados do compromisso assumido;
- c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

17.12. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e os fornecedores, mediante requerimento devidamente comprovado, não puderem cumprir o compromisso, o IDT poderá:

- a) liberar os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

17.13. Não havendo êxito nas negociações, o IDT deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

17.14. O licitante deixará de ter o seu preço registrado quando:

- a) deixar de cumprir as condições assumidas no instrumento por ele assinado;
- b) não aceitar reduzir o preço registrado, quando se tornar superior ao praticado pelo mercado;
- c) quando, justificadamente, não for mais do interesse do IDT.

17.15. Após a adjudicação e homologação do resultado, a proponente vencedora será notificada para comparecer em local designado para a formalização da Ata de Registro de Preços, na qual deverá constar, dentre outras condições, o compromisso prestar o serviço na medida das necessidades que lhe forem apresentadas.

17.16. Dentro de prazo de vigência do Registro de Preços, as licitantes que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas ao fornecimento dos serviços, desde que obedecidas às condições deste Edital e da respectiva Ata de Registro de Preços.

17.17. Caso a proponente vencedora não atenda a convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, poderá ser convocada a segunda colocada na ordem de classificação, ou proceder nova licitação.

17.18. O IDT poderá desclassificar a proponente vencedora, caso tenha conhecimento de qualquer fato anterior ou posterior ao julgamento desta licitação que venha desaboná-la técnica, financeira ou administrativamente, não lhe cabendo direito a qualquer reclamação, indenização ou ressarcimento.

17.19. No caso de se constatar a inveracidade de qualquer das informações e/ou documentos fornecidos por qualquer proponente, poderá ele sofrer, a critério do IDT, isolada ou cumulativamente:

17.19.1. Não adjudicação do pedido, sem prejuízo das penalidades previstas, se o Proponente tiver obtido a primeira classificação e a adjudicação ainda não lhe tiver sido efetuada.

17.19.2. Cancelamento do Registro de Preços.

17.19.3. Declaração de inidoneidade com a suspensão do direito de contratação junto ao IDT.

17.20. A Ata de Registro de Preços uma vez lavrada e assinada, não obriga a Administração a firmar as contratações que dela poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de procedimento de licitação, respeitados os dispositivos da Lei Federal 8.666/1993, sendo assegurado ao detentor do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

17.21. O participante do SRP (Sistema de Registro de Preços), quando necessitar, efetuará aquisições junto aos fornecedores detentores de preços registrados na Ata de Registro de Preços, de acordo com os quantitativos e especificações previstos, durante a vigência do documento supracitado.

17.22. Os fornecedores detentores de preços registrados ficarão obrigados a fornecer o objeto licitado aos participantes do SRP (Sistema de Registro de Preços), nos prazos, locais, quantidades e demais condições definidas no Anexo I – Termo de Referência deste edital.

17.23. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por órgão ou entidade de outros entes federativos, como órgão interessado, mediante consulta prévia ao órgão gestor do registro de preços, conforme disciplina os artigos 19, 20, 21 e 22 do Decreto Estadual nº 32.824/2018.

17.24. Os órgãos interessados, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gestor do Registro de Preços, o qual indicará o fornecedor e o preço a ser praticado.

17.24.1. As contratações decorrentes da utilização da Ata de Registro de Preços de que trata este subitem não poderão exceder, por órgão Interessado, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços.

17.24.2. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços, independente do número de órgãos interessados que aderirem.

17.24.3. O órgão interessado deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, contados a partir da autorização do órgão gestor do registro de preços, observado o prazo de vigência da ata.

17.25. O órgão gestor do registro de preços não autorizará a adesão à ata de registro de preços para contratação separada de itens de objeto adjudicado por preço global para os quais o fornecedor não tenha apresentado o menor preço.

17.26. Caberá ao órgão gestor do Registro de Preços, para utilização da Ata por órgãos interessados da Administração Pública, proceder a indicação do fornecedor detentor do preço registrado, obedecida a ordem de classificação.

17.27. O detentor de preços registrados que descumprir as condições da Ata de Registro de Preços nos termos previstos nos incisos I a VIII do artigo 25 do Decreto Estadual nº 32.824/2018 terá o seu registro cancelado.

17.28. Os preços registrados poderão ser revistos a qualquer tempo em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos itens registrados, obedecendo aos parâmetros constantes no art. 23, do Decreto Estadual nº 32.824/2018.

17.29. O Órgão Gestor convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

17.30. Não havendo êxito nas negociações com os fornecedores com preços registrados, o gestor da Ata poderá convocar os demais fornecedores classificados, podendo negociar os preços de mercado, ou cancelar o item, ou ainda revogar a Ata de Registro de Preços.

17.31. Serão considerados preços de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Administração para os itens registrados.

17.32. As alterações dos preços registrados, oriundas de revisão dos mesmos, serão publicadas no Diário Oficial do Estado e na página oficial do Governo do Estado na internet.

17.33. As demais condições contratuais se encontram estabelecidas no Anexo V – Minuta do Contrato.

17.34. As quantidades previstas no Anexo I – Termo de Referência deste edital, são estimativas máximas para o período de validade da Ata de Registro de Preços, reservando-se a Administração, através do órgão participante, o direito de adquirir o quantitativo que julgar necessário ou mesmo abster-se de adquirir o item especificado.

18. DA CONTRATAÇÃO

18.1. O IDT convocará a empresa declarada vencedora para assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8666/93.

18.1.1 O Contrato poderá ser assinado por certificação digital fornecida/reconhecida pela ICPBrasil.

17.2. O contrato terá vigência de até 12(doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do inc. II do art. 57, da Lei 8.666/93.

18.2.1. Por ocasião da eventual prorrogação do(s) contrato(s), será apurado o preço médio dos itens licitados. Se este estiver acima do valor ajustado originariamente, a Contratada fará jus a reajuste com base na variação do IGP/DI – FGV, ou outro índice que vier a substituí-lo,

ficando a Contratada obrigada a apresentar memorial descritivo dos insumos que provocaram o aumento dos preços. Caso contrário, a Contratada será convidada a ofertar desconto sobre o valor, ocasião em que será avaliada a vantajosidade dessa proposta, na conformidade do art. 57, da Lei 8.666/93.

18.3. Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante desta licitação.

19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

19.1. É responsabilidade da CONTRATADA a execução do objeto licitado em estreita observância da legislação vigente para contratações públicas, as especificações técnicas e obrigações contidas neste Edital e seus Anexos e em sua Proposta Comercial, além das constantes dos artigos 55 inciso XIII, 66, 68, 69, 70 e 71 da Lei n.º 8.666/93, assumindo-as integralmente.

19.2. Constituem obrigações da CONTRATADA, além da constante do art. 66 da Lei n.º 8.666/93, as especificadas no ANEXO I - Termo de Referência e no ANEXO V - Minuta do Contrato deste Edital.

20. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

20.6.1. O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas relacionadas no artigo 58 da Lei n.º 8.666/93.

20.6.2. Constituem obrigações da CONTRATANTE, além da constante do art. 58 da Lei n.º 8.666/93, as especificadas no ANEXO I - Termo de Referência e no ANEXO V - Minuta do Contrato deste Edital.

21. DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO

21.1. O objeto desta licitação deverá ser executado em conformidade com o ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

22. DO PAGAMENTO

22.1. Os pagamentos serão realizados de acordo com o especificado no ANEXO I - Termo de Referência, e ANEXO V - Minuta do Contrato deste Edital.

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. O licitante que praticar quaisquer das condutas previstas no art. 32, do Decreto Estadual n.º 28.089/2006, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, estará sujeito às seguintes penalidades:

23.1.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.

23.1.2. Impedimento de licitar e contratar com o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho - IDT, sendo, então, descredenciado no cadastro de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

23.2. O licitante recolherá a multa por meio de pagamento na Tesouraria do IDT podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão Contratante. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

23.3. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e contraditório, na forma da lei.

24. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

24.1. O Contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) **“prática conluída”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) **“prática obstrutiva”**:

- (1) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nesta cláusula;
- (2) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

24.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

24.3. Considerando os propósitos dos itens acima, o licitante vencedor como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

24.4. O contratante, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas na Lei nº 8.666/93, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitadas a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

25.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-ão os dias de início e incluir-se-ão os dias de vencimento. Os prazos estabelecidos neste edital para a fase externa se iniciam e se vencem somente nos dias e horários de expediente do IDT. Os demais prazos se iniciam e se vencem exclusivamente em dias úteis de expediente da contratante.

25.3. O sistema manterá sigilo quanto à identidade das licitantes para o Pregoeiro, até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta e para os demais, até a etapa de habilitação.

25.4. O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos à publicação, serão divulgados no Diário Oficial do Estado e nos sítios eletrônicos **www.idt.org.br** e **www.licitacoes-e.com.br**.

25.5. Se for comprovado o não atendimento aos requisitos desta licitação a proponente será desclassificada e/ou inabilitada, conforme o caso.

25.6. Na hipótese de inabilitação e/ou desclassificação de todos os licitantes, o IDT decretará como fracassado o lote ou todos os lotes e poderá relançar os mesmos em novo Edital.

25.7. O IDT poderá por interesse próprio, devidamente justificado, cancelar a presente licitação, no seu todo ou em parte, inclusive por vício ou ilegalidade, de ofício ou mediante provocação, bem como adiá-la ou prorrogar o prazo para recebimento das propostas, sem que caiba aos licitantes qualquer direito à reclamação ou indenização.

25.8. Os representantes legais das licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

25.9. Os documentos referentes aos orçamentos, bem como o valor estimado da contratação, possuem caráter sigiloso e serão disponibilizados exclusivamente aos órgãos de controle interno e externo, conforme o disposto no art. 15 do Decreto Estadual nº 33.326/2019.

26. DO FORO

26.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado do Ceará.

27. DOS ANEXOS

27.1. Constituem anexos deste edital, dele fazendo parte:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL

ANEXO III – DECLARAÇÃO ESPECIAL

ANEXO IV – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO

Fortaleza, 24 de fevereiro de 2022.

Valdenia Maria Andrade Araújo
Presidente

Rosana Barbosa Rodrigues
Pregoeira

Francisca Viana Arruda
Apoio

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

01. OBJETO

01.01. Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de gerenciamento de frota de veículos, com utilização de Cartão Magnético em rede de postos de combustíveis credenciados e serviços especializados, que disponha de um controle eletrônico eficaz de gestão de frota de veículos, para atender as necessidades do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT.

02. JUSTIFICATIVA

02.01. A presente contratação justifica-se pela necessidade de fornecimento contínuo de combustível para abastecer frota oficial e alugada do IDT, com fins de execução dos diversos projetos desempenhados pelo IDT, tanto na Capital do Estado do Ceará como nos demais municípios.

A contratação de empresa para Gestão de Abastecimento e Manutenção por meio de cartão eletrônico via WEB reduzirá os custos, proporcionará um melhor controle orçamentário e financeiro.

Com a contratação, se obterão da frota informações atualizadas e precisas. Desta forma, a economia a ser obtida pela Administração em relação à contratação dos serviços, poderá ser pelo recurso da competitividade entre empresas do ramo, mediante regular e adequado certame licitatório.

A contratação de empresa para Gestão de Abastecimento e Manutenção de veículos é a alternativa mais viável para a obtenção de maiores benefícios, ao menor custo possível, uma vez que a continuidade deste serviço é essencial e indispensável para o andamento das atividades. Salienta-se, também, que o monitoramento de frota, através dos abastecimentos feitos por meio de cartão magnético, proporciona total controle sobre o consumo individualizado dos veículos e oferece grande possibilidade de análises e relatórios fornecidos pela futura contratada.

03. DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E REDE CREDENCIADA

03.01. Para fins deste processo de Licitação, a empresa deverá prestar o serviço através de cartão magnético com a tecnologia de leitura através de chip ou com tarja magnética, bem como fornecimento de software de administração de combustível fornecido pela rede credenciada de postos de combustíveis da empresa a ser contratada.

03.02. Os serviços deverão contemplar o abastecimento de combustível: 01. Gasolina; 02. Álcool – Etanol; e 03. Diesel e a empresa selecionada deverão ter no mínimo 01 (um) um posto credenciado na sede de cada município do Estado do Ceará ou em cidades próximas com até 15 quilômetros de distância, e na cidade de Fortaleza no mínimo 30 (trinta) postos.

03.03. O quantitativo estimado de combustíveis a ser adquirido anualmente, é:

ITEM	DESCRIÇÃO (Tipo de Combustível)	QUANTIDADE
01	Gasolina	112.800 Lts
02	Etanol (ALCOOL)	25.000 Lts
03	Diesel	31.600 Lts
04	Conserto de Pneu	200
05	Lavagem de veículos	400

03.04. Como condição para assinatura da Ata de Registro de Preços e dos respectivos contratos, a licitante vencedora deverá comprovar que possui pelo menos um estabelecimento credenciado nas localidades descritas no ANEXO A, ou em cidades próximas com até 40 quilômetros de distância.

03.05. O prazo máximo para implementação dos demais requisitos para operação dos sistemas serão 30 (trinta) dias corridos a partir da assinatura do contrato.

04. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

04.01. O preço a ser registrado é o **percentual da taxa de administração** para prestação do serviço de gerenciamento da frota de veículos;

04.02. A taxa de administração deverá conter **no máximo 02 (duas) casas decimais**;

04.03. **Serão aceitas taxa zero (0.00%) e negativa, a serem apresentadas na proposta de acordo com a fórmula indicada no item 7.1 do Edital.**

04.04. A taxa máxima aceita no certame é de 2% (dois por cento);

04.05. Serão fornecidos sem ônus para o IDT: A emissão de todos os cartões (solicitação inicial e reposição); o fornecimento, instalação e reposição de equipamentos; a transmissão e processamento dos dados referentes à utilização dos serviços.

05. PAGAMENTO

05.01. O pagamento será efetuado no prazo máximo da data de vencimento da fatura/boleto, emitido mensalmente, e somente após recebimento definitivo da entrega do produto, acompanhado das respectivas Notas Fiscais e das Provas de Regularidades com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e FGTS.

05.02. No caso de prestadores de serviço com sede ou domicílio fora do Município de Fortaleza, deverá ser apresentada prova de inscrição no CPOM – Cadastro de Empresas fora do Município, da Secretaria Municipal de Finanças, nos termos do artigo 144 da Lei Complementar nº 159/2013, combinado com o disposto nos artigos 210 do Regulamento do Código Tributário Município, aprovado pelo Decreto nº 13.716/2015.

05.03 Não sendo apresentado o cadastro mencionado no subitem anterior, o valor do ISSQN, incidente sobre a prestação de serviços objeto do presente, será retido na fonte por ocasião de cada pagamento, consoante determina o artigo 145º da Lei Complementar nº 159/2013, acrescentados pelos art. 211º e 613º do Regulamento do Código Tributário Município, aprovado pelo Decreto nº 13.716/2015 e Instrução Normativa SEFIN nº 002/2017.

05.04. A nota fiscal que apresente incorreções será devolvida à CONTRATADA para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

05.05. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

05.06. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

05.07. A Nota Fiscal deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação, da proposta e no Contrato, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outros CNPJs, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

05.08. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação, em virtude de penalidade imposta à CONTRATADA ou

inadimplência contratual, inclusive quanto a não apresentação do demonstrativo dos serviços prestados.

05.09. A critério do CONTRATANTE poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações ou outras de responsabilidade da CONTRATADA.

05.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pelo CONTRATANTE, entre a data referida para o pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, terá a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga; I = Índice de compensação financeira = 0,0001644; TX = Percentual da taxa anual = 6%

$$I = \frac{tx/100}{365} \longrightarrow I = \frac{6/100}{365} \longrightarrow I = 0,0001644$$

05.11. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial. Caso a documentação tenha sido emitida pela internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

05.11.1. Fica garantida a validade jurídica dos documentos com a certificação digital (Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil) conforme está prevista no art. 1º da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

06. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

06.01. O licitante que praticar quaisquer das condutas previstas no art. 32, do Decreto Estadual nº 28.089/2006, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, estará sujeito às seguintes penalidades:

06.02. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.

06.03. Impedimento de licitar e contratar com o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho - IDT, sendo, então, descredenciado no cadastro de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

06.04. O licitante recolherá a multa por meio de Pagamento na Tesouraria do IDT podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão Contratante. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

06.05. O atraso injustificado no prazo de fornecimento implicará multa correspondente a 3,33% (três vírgula trinta e três por cento) por dia, calculada sobre o valor total do contrato ou da parcela dos serviços não cumprida, até o limite de **10%** (dez por cento) desse valor.

06.06. Na hipótese mencionada no item anterior, o atraso injustificado por período **superior a 05(cinco) dias** caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com a rescisão unilateral do contrato e suas consequências, e da aplicação da sanção prevista no item 08.2.

06.07. As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pela Contratante ou cobradas diretamente da Contratada, administrativa ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

06.08. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério da Contratante.

06.09. Sempre que não houver prejuízo para a Contratante, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério.

06.10. As aplicações das penalidades serão precedidas de concessões de oportunidades de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da lei.

07. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

07.01. A contratada se obriga:

07.01.01. Prestar os serviços contratados, atendendo fielmente as necessidades, constantes do objeto;

07.02. Executar os serviços através de postos credenciados que sejam detentores de selo de qualidade do INMETRO;

07.02.01. O preço dos combustíveis não poderá ser superior ao comercializado pelos postos credenciados à população, respeitando a modalidade de pagamento;

07.03. Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo IDT e atender prontamente as reclamações que lhe forem dirigidas;

07.04. Apresentar no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços, a relação de pelo menos 50% de postos de combustíveis credenciados devendo conter no mínimo: endereço do estabelecimento, cidade, bairro e telefone para contato;

07.05. Manter durante todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços e/ou contrato, uma rede de postos de combustíveis credenciados para o pleno atendimento aos veículos, garantindo o fornecimento dos serviços;

07.06. Os cartões utilizados devem ser individuais para os veículos, visando o controle eletrônico dos serviços;

07.07. Instalar ou disponibilizar via internet softwares de gerenciamento de frota de veículos, sem ônus para a **CONTRATANTE**, permitindo a manutenção dos cadastros, parametrização de cartões, emissão de relatórios operacionais para controle e gestão das informações sobre os veículos e usuários em cada base operacional do sistema;

07.08. Utilizar equipamentos especializados de leitura e gravação de dados para os cartões para efetuar eletronicamente as operações, o registro e o tratamento das informações;

07.09. Realizar o processamento das informações relativas as operações de cada um dos veículos de forma descentralizada e automática;

07.10. Permitir a informatização dos dados de consumo dos serviços, controles de quilometragem, custos, identificação dos veículos, identificador do portador do cartão, com sua respectiva matrícula funcional ou outra forma de identificação, da Instituição, tipos de combustíveis, cidade onde ocorreu a transação, datas, horários e postos de abastecimento, além de outros necessários ao controle de frota de veículos;

07.11. Permitir a realização de transações, garantindo os mesmos controles, quando surgirem problemas relativos a software e equipamentos de leituras de cartão existentes nos postos;

07.12. Disponibilizar e flexibilizar o credenciamento de novos postos de combustíveis de acordo com a conveniência do IDT;

07.13. Manter permanentemente atualizada a rede de postos credenciados nos sistema ou na internet;

07.14. Disponibilizar no ato da implantação do sistema, os cartões sem ônus para o IDT;

07.15. O condutor deverá ser identificado através de senha, de uso pessoal e intransferível;

07.16. Emitir faturas de pagamento contemplando os serviços mensalmente, no qual deve iniciar no primeiro dia do mês e terminar no último dia do mês, ficando expressamente proibido a emissão de faturas referentes a abastecimentos realizados há mais de 40 dias da emissão da fatura;

07.17. Em nenhuma hipótese, e sob qualquer pretexto, poderá a CONTRATADA vincular

pagamentos de sua responsabilidade, inclusive os devidos a seus empregados, ou aos estabelecimentos credenciados ao sistema aos pagamentos a ela devidos pelo IDT;

07.18. Comunicar a CONTRATANTE qualquer anormalidade na prestação de serviços;

07.19. Disponibilizar primeira e segunda via dos cartões solicitados para os veículos no prazo máximo de 07(sete) dias úteis, contados a partir da solicitação.

08. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

08.01. Indicar os veículos, suas características, bem como seus condutores e outras informações que possibilite o maior controle da frota de veículos;

08.02. Notificar a CONTRATADA relativamente a qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços;

08.03. Fiscalizar a realização dos serviços, podendo, em decorrência, solicitar providências a CONTRATADA, que atenderá ou justificará de imediato. O não atendimento sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas no Contrato.

08.04. Aplicar as penalidades previstas no Edital, na hipótese de a CONTRATADA não cumprir o contrato, mantidas as situações normais de disponibilidade e volume dos serviços, arcando a referida licitante com quaisquer prejuízos que tal ato possa acarretar ao Contrato;

08.05. Conferir, receber e atestar as faturas/ notas fiscais, emitidas pela CONTRATADA.

08.06. Exigir as certidões comprobatórias da regular situação da contratada para com as fazendas federal, estadual e municipal, FGTS, Débitos Trabalhistas;

08.07. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalizar a prestação de serviços;

09. ESPECIFICAÇÕES DO SOFTWARE:

09.01. O software para gestão da frota de veículos deverá possuir as especificações técnicas conforme segue:

09.01.01 Controlar o fornecimento dos serviços listados no subitem 03.03. deste Termo de Referência, através da validação de parâmetros pré-definidos, sendo esses, no mínimo, a identificação do veículo, a identificação do condutor e a conta de consumo dos referidos serviços para cada veículo, além de permitir a alimentação e alterações dos parâmetros;

09.01.02 Permitir a manutenção dos cadastros, parametrização de cartões e emissão de relatórios operacionais e financeiros para controle e gestão das informações sobre os veículos, usuários e respectivas despesas com os serviços listados no subitem 03.03. deste Termo de Referência, em cada base operacional do sistema, relativos a todo o período de vigência do contrato, sendo flexível, ao IDT, a seleção do período de consulta;

09.01.02.01. No caso da emissão de relatório mensal, este deverá iniciar no primeiro dia do mês e terminar no último dia do mês;

09.01.03. Efetuar operações do sistema e coletar informações de forma descentralizada por base, no momento do consumo dos serviços, de acordo com os locais determinados pelo IDT, integrando-as numa base de dados permanente e constantemente atualizada;

09.01.04. Efetuar eletronicamente o registro e o tratamento das informações de consumo, através do uso de equipamentos especializados de leitura e gravação de dados instalados nos postos credenciados;

09.01.05. Permitir a parametrização por cartão do limite financeiro para utilização de cada serviço, sendo estas cotas definidas pelo Gestor de Frota;

09.01.06. Permitir que cada condutor tenha a identificação validada pelo sistema através de digitalização de senha, durante a execução de qualquer operação realizada na Rede de Serviços.

09.01.07. Bloquear o fornecimento dos serviços nos casos em que não seja possível identificar o condutor e o veículo simultaneamente e comunicar ao gestor da frota;

09.01.07.01. O bloqueio do fornecimento dos serviços, poderá não ser exigido, para tanto o Órgão gestor do registro de preços deverá informar, através de ofício emitido à CONTRATADA, as situações em que o bloqueio não será efetuado;

09.01.07.02. O sistema deverá permitir parametrizar quais cartões deverão ser bloqueados;

09.01.07.03. O sistema deve bloquear a utilização dos serviços, quando os valores cobrados pela rede credenciada forem superiores aos informados pelo Órgão gestor do registro de Preços no sistema web.

09.01.08. Permitir a alimentação do crédito de cartões, através do próprio sistema para os veículos automotores, junto aos postos de abastecimento e demais estabelecimentos da rede, devidamente equipados com leitores e utilizados por meio de cartões;

09.01.09. Coletar as informações de cada serviço realizado nos postos credenciados, sendo essas informações, no mínimo: o modelo do veículo, sua placa, o condutor que está utilizando o serviço, o tipo de serviço, o limite financeiro do serviço para o veículo, a quantidade utilizada, o preço pago, a distância percorrida a partir do consumo do serviço anteriormente realizado (hodômetro), a data, o horário e postos de abastecimento;

09.01.10. Disponibilizar, através de página na Internet e em tempo real, o acesso dos gestores através de senha, à consulta constante das informações coletadas e dos relatórios, bem como a solicitação para alteração dos parâmetros pré-definidos;

09.01.11. Permitir a alimentação automática dos valores das cotas mensais até no máximo o primeiro dia do mês aos quais os créditos serão utilizados;

09.01.12. Disponibilizar a base de dados em formato eletrônico;

09.01.13. Garantir a não interrupção do serviço e todos os controles previstos, caso haja terminais leitores de cartões com defeito ou por qualquer outro motivo, ficando todos dados da transação registrados no sistema;

09.01.14. Deverá possuir meios de contingência (URA, SAC etc.) para casos em que os terminais leitores de cartões estejam com defeito.

09.01.15. Permitir o cadastro de veículos e o controle por tipo de frota (própria, locada, doada, temporária etc.);

09.01.16. Possuir controle de regra orçamentária, de forma que o IDT consiga segmentar e programar o seu orçamento de acordo com a sua necessidade/valor global do contrato;

09.01.17. Contemplar diversos controles no que diz respeito aos dados de consumo, controles de quilometragem ou hora, custos e outros possibilitando a emissão de relatórios gerenciais, operacionais, financeiros e cadastro, contendo, no mínimo:

09.01.17.01. Cadastro de postos de abastecimentos e rede de serviços credenciados;

09. 01.17.02. Lista de veículos próprios e locados do Registro de preços;

09. 01.17.03. Veículos com autorização para consumir cada um dos serviços listados no subitem 03.03. deste termo de Referência;

09. 01.17.04. Disponibilizar informação dos veículos não autorizados para utilização dos serviços.

09. 01.17.05. Cadastro dos condutores;

09. 01.17.06. Histórico (diário, mensal, em intervalo de datas definidas) de utilização dos serviços por condutor; por tipo de veículo; por posto credenciado; por localidade; e outros que possam vir a ser solicitados, durante o período de vigência do contrato e prorrogações, caso estes venham a ser firmados.

09.01.18. Apresentar demonstrativo de desempenho dos veículos por condutor, por tipo de veículo e por localidade, contendo:

09.01.18.01. A média de consumo dos serviços por quilometro rodado, os dados do condutor que esta utilizando o serviço, o tipo de serviço utilizado, o limite financeiro dos serviços, a

quantidade utilizada, o preço pago, a distância percorrida a partir da utilização do serviço anteriormente realizado (hodômetro), a data, o horário e o local de utilização do serviço;

09.01.18.02. Demonstrativo de evolução das despesas e de utilização;

09.01.18.03. Relatórios cadastrais (por veículo, por grupos de veículos; por ficha técnica; por condutor);

09.01.18.04. Extratos de contas.

09.01.19. O sistema deverá permitir parametrizar a liberação ou bloqueio da utilização dos serviços por:

09.01.19.01. Dia;

09.01.19.02. Horário

09.01.19.03. Tipo de frota;

09.01.19.04. Número de transações (por dia, semana, mês);

09.01.19.05. Intervalo de tempo entre as transações;

09.01.19.06. Tipo de serviço;

09.01.19.07. Tipo de combustível

09.01.19.08. Preço mínimo e máximo por serviço;

09.01.19.09. Cidade/estado.

10. DOS CARTÕES MAGNÉTICOS

10.01. Para cada veículo da Contratante da frota atual, ou outros adquiridos durante a vigência do contrato, a Contratada deverá disponibilizar, sem custo a Contratante, um Cartão Magnético, aceito na rede de postos credenciados, que exija senha para o abastecimento, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

10.01.01. Número do Cartão;

10.01.02. Nome do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho - IDT;

10.01.03. Prazo de validade do Cartão;

10.01.04. Placa do veículo.

10.02. A Contratada deverá inabilitar quaisquer opções que permitam a realização de saques em dinheiro, compras e serviços que não sejam para aquisição de combustível;

10.03. Na hipótese de perda, roubo ou quebra do cartão, a Contratada deverá enviar, mediante solicitação da Contratante, novo cartão, em substituição ao primeiro, sem qualquer custo adicional.

10.04. O cartão é vinculado ao veículo e não ao condutor.

10.05. Os cartões que identificam os veículos deverão ser protegidos por senhas de forma a permitir a identificação do condutor no ato do abastecimento;

10.06. Em casos excepcionais (veículos: locados, temporários, veículos aguardando a confecção do cartão definitivo, cartões com defeito, quebra, roubo, extravio, etc.), deverão ser disponibilizados cartões reservas de acordo com a necessidade do órgão, de forma a controlar o consumo dos serviços listados no subitem 03.03. do Termo de Referência, garantindo os mesmos controles definidos no item 04. "Especificações" deste Termo de Referência;

10.07. O cartão reserva deverá estar associado ao veículo no momento da compra e quando for desassociado deverá ser bloqueado automaticamente pelo sistema.

10.08. A Contratada deverá disponibilizar, no mínimo, 10(dez) Cartões "Coringa", aos quais a Contratante poderá vincular, em situações extraordinárias, outros veículos, no interesse do IDT.

10.09. Os cartões deverão ser entregues em até 07 (sete) dias úteis a contar da assinatura do Instrumento Contratual, no endereço Av. da Universidade, 2596, Benfica Fortaleza/CE, CEP 60.020-180;

11. CONTROLE DA EXECUÇÃO

11.01. Nos termos do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666/93, acompanhada e fiscalizada pelo Gestor do contrato, que anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, e atestará as notas fiscais/faturas de serviço, para fins de pagamento.

11.02. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.03. O Gestor do Contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

12.01. O CONTRATADO se obriga, sempre que aplicável, a atuar no presente Contrato em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais ("LGPD").

12.02. Caso exista modificação dos textos legais acima indicados ou de qualquer outro, de forma que exija modificações na estrutura do escopo deste Contrato ou na execução das atividades ligadas a este Contrato, o CONTRATADO deverá adequar-se às condições vigentes. Se houver alguma disposição que impeça a continuidade do Contrato, conforme as disposições acordadas, o CONTRATANTE poderá resolvê-lo sem qualquer penalidade, apurando-se os serviços prestados e/ou produtos fornecidos até a data da rescisão e consequentemente os valores devidos correspondentes.

12.03. O CONTRATADO seguirá as instruções recebidas do CONTRATANTE em relação ao tratamento dos Dados Pessoais, além de observar e cumprir as normas legais vigentes aplicáveis, sob pena de arcar com as perdas e danos que eventualmente possa causar à CONTRATANTE, aos seus colaboradores, clientes e fornecedores, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis.

12.04. O CONTRATADO deverá manter registro das operações de tratamento de Dados Pessoais que realizar, bem como implementar medidas técnicas e organizativas necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda, a alteração, a comunicação ou difusão ou o acesso não autorizado, além de garantir que o ambiente (seja ele físico ou lógico) utilizado por ela para o tratamento de Dados Pessoais é estruturado de forma a atender os requisitos de segurança, aos padrões de boas práticas de governança e aos princípios gerais previstos na legislação e nas demais normas regulamentares aplicáveis.

12.05. O CONTRATADO deverá notificar o CONTRATANTE sobre reclamações e solicitações dos titulares de Dados Pessoais que venha a receber (por exemplo, sobre a correção, exclusão, complementação e bloqueio de dados) e sobre as ordens de tribunais, autoridade pública e reguladores competentes, e quaisquer outras exposições ou ameaças em relação à conformidade com a proteção de dados identificada pelo mesmo.

12.06. A CONTRATADA deverá notificar o CONTRATANTE em 24 (vinte e quatro) horas de:

12.06.01. Qualquer descumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais;

12.06.02. Qualquer descumprimento das obrigações contratuais relativas ao processamento e tratamento dos Dados Pessoais; e

12.06.03. Qualquer violação de segurança no âmbito das atividades do CONTRATADO.

12.07. O CONTRATADO compromete-se a auxiliar o CONTRATANTE, em razão do presente contrato, com as suas obrigações judiciais ou administrativas, de acordo com a Lei de Proteção de Dados aplicável, fornecendo informações relevantes disponíveis e qualquer outra assistência para documentar e eliminar a causa e os riscos impostos por quaisquer violações de segurança.

12.08. O CONTRATANTE terá o direito de acompanhar, monitorar, auditar e fiscalizar a conformidade do CONTRATADO com as obrigações de Proteção de Dados Pessoais, sem que isso implique em qualquer diminuição da responsabilidade que o CONTRATADO possui perante a LGPD e este Contrato.

12.09. O presente Contrato não transfere a propriedade de quaisquer dados do CONTRATANTE ou dos clientes desta para o CONTRATADO.

12.10. A CONTRATANTE não autoriza o CONTRATADO a usar, compartilhar ou comercializar quaisquer eventuais elementos de dados, que se originem ou sejam criados a partir do tratamento de Dados Pessoais, estabelecido por este Contrato.

13. DA VIGENCIA DO REGISTRO DE PREÇOS

13.01. A Ata de Registro de Preços terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contado a partir da data da sua publicação.

14. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

14.01. A vigência dos Contratos oriundos deste processo, será de no máximo de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo, no interesse da administração, mediante Termo Aditivo, ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitada a sua duração a 60 (sessenta) meses, “ex-vi” do disposto no Inciso II, do Artigo 57, da Lei nº 8.666/93.

Fortaleza/Ce, 18 de outubro 2021

Antonio Ricardo Amancio Lima
Gerente da Célula de Patrimônio

ANEXO A

RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS A SEREM ATENDIDOS

Abaíara	Caririáçu	Icó	Milhã	Quixadá
Acarape	Cariús	Iguatu	Miraíma	Quixelô
Acaraú	Carnaubal	Independência	Missão Velha	Quixeramobim
Acopiara	Cascavel	Ipaporanga	Mombaça	Quixeré
Aiuaba	Catarina	Ipaumirim	Monsenhor Tabosa	Redenção
Alcântaras	Catunda	Ipu	Morada Nova	Reriutaba
Altaneira	Caucaia	Ipueiras	Moraújo	Russas
Alto Santo	Cedro	Iracema	Morrinhos	Saboeiro
Amontada	Chaval	Irauçuba	Mucambo	Salitre
Antonina do Norte	Choró	Irapuam Pinheiro	Mulungu	Santa Quitéria
Apuiarés	Chorozinho	Itaíçaba	Nova Olinda	Santana do Acaraú
Aquiraz	Coreaú	Itaitinga	Nova Russas	Santana do Cariri
Aracati	Crateús	Itapajé	Novo Oriente	São Benedito
Aracoiaba	Crato	Itapipoca	Ocara	São Gonçalo do Amarante
Ararendá	Croatá	Itapiúna	Orós	São João do Jaguaribe
Araripe	Cruz	Itarema	Pacajus	São Luís do Curu
Aratuba	Dep. Irapuan Pinheiro	Itatira	Pacatuba	Senador Pompeu
Arneiroz	Ererê	Jaguaretama	Pacoti	Senador Sá
Assaré	Eusébio	Jaguaribara	Pacujá	Sobral
Aurora	Farias Brito	Jaguaribe	Palhano	Solonópole
Baixio	Forquilha	Jaguaruana	Palmácia	Tabuleiro do Norte
Banabuiú	Fortim	Jardim	Paracuru	Tamboril
Barbalha	Frecheirinha	Jati	Paraipaba	Tarrafas
Barreira	General Sampaio	Jijoca de Jericoacoara	Parambu	Tauá
Barro	Graça	Juazeiro do Norte	Paramoti	Tejuçuoca
Barroquinha	Granja	Jucás	Pedra Branca	Tianguá
Baturité	Granjeiro	Lavras da Mangabeira	Penaforte	Trairi
Beberibe	Groaíras	Limoeiro do Norte	Pentecoste	Tururu
Bela Cruz	Guaiuba	Madalena	Pereiro	Ubajara
Boa Viagem	Guaraciaba do Norte	Maracanaú	Pindoretama	Umari
Brejo Santo	Guaramiranga	Maranguape	Piquet Carneiro	Umirim
Camocim	Hidrolândia	Marco	Pires Ferreira	Uruburetama
Campos Sales	Horizonte	Martinópolis	Poranga	Uruoca
Canindé	Ibaretama	Massapê	Porteiras	Varjota
Capistrano	Ibiapina	Mauriti	Potengi	Várzea Alegre
Caridade	Ibicuitinga	Meruoca	Potiretama	Viçosa do Ceará
Cariré	Icapuí	Milagres	Quiterianópolis	Fortaleza

ANEXO II

CARTA PROPOSTA

(Utilizar papel timbrado da instituição).

Ao: **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO – IDT**

Comissão Especial de Licitação

Ref.: Pregão Eletrônico: ____/20__

A proposta comercial encontra-se em conformidade com o previsto no Edital e seus anexos.

1. Identificação do Licitante:

- Razão Social:
- CPF/CNPJ e Inscrição Estadual
- Endereço completo
- Representante Legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, CPF)
- Telefone, celular e e-mail
- Banco, Agência e nº da Conta Corrente

2. Condições Gerais da Proposta:

- a) A presente proposta é válida por 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão.

3. Formação do Preço:

Nossa proposta de valor para a taxa de administração é de _____% (_____), estando inclusos neste preço final todos os impostos, tributos, encargos trabalhistas e custos de transporte e de fornecimento que por ventura venham a incidir.

Assinatura/identificação do nome

RG e cargo do representante legal da LICITANTE

ANEXO III
DECLARAÇÃO ESPECIAL

(Utilizar papel timbrado da instituição)

Ao

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO – IDT

Avenida da Universidade, 2596 – Benfica – Fortaleza/CE

PREGÃO ELETRÔNICO N.º ____/20__

A empresa....., inscrito no CNPJ n.º,
por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a), portador (a) da
Carteira de Identidade n.º e do CPF n.º DECLARA,
sob as penas da Lei, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, para fins desta licitação:

- a) que recebeu e estudou todos os documentos inerentes à presente competição e tomado conhecimento integral do teor do edital de licitação supracitado, sujeitando-se às disposições nele contidas;
- b) que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo se na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos;
- c) que não está suspensa do direito de licitar e que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e/ou com o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho- IDT, bem como comunicará qualquer fato ou evento superveniente quanto à habilitação ao certame supra;
- d) que na composição societária não existe participação de dirigentes ou empregados da entidade promotora da licitação.
- e) que toda documentação anexada ao sistema é autêntica e condiz com o documento original.

Concorda e submete-se a todas e cada uma das condições impostas pelo referido edital.

Data e local

Assinatura/identificação do nome

RG e cargo do representante legal da LICITANTE

ANEXO IV

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/20__

Aos ____ dias do mês de _____ do ano de 2.0____, no Instituto de Desenvolvimento do Trabalho - IDT, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, conforme deliberação da Ata do Pregão Eletrônico nº _____, do respectivo resultado homologado, publicado no Diário Oficial do Estado em ____/____/20__, às fls _____, em face do Pregão Eletrônico nº ____/2.0____, que vai assinada pelo titular do IDT, gestor(a) do Registro de Preços, pelos representantes legais dos detentores do registro de preços, todos qualificados e relacionados ao final, a qual será regida pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente instrumento fundamenta-se:

I. No Pregão Eletrônico nº ____ / 20__

II. Nos termos do Decreto Estadual nº 32.824, de 11/10/2018, publicado D.O.E de 11/10/2018.

III. Na Lei Federal nº 8.666, de 21.6.93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

2.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços, visando futura e eventual contratação _____ cujas especificações e quantitativos encontram-se detalhados no Anexo I – Termo de Referência do edital de Pregão Eletrônico nº ____/20__ que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a proposta de preços apresentada pelo fornecedor classificado em primeiro lugar, conforme consta nos autos do Processo nº ____/2.0__.

2.1.1. Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações exclusivamente por seu intermédio, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade pelo prazo de _____ (_____) meses, contados a partir da data da sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Em decorrência desta Ata, o participante do SRP poderá firmar contratos com os fornecedores, com preços registrados, devendo comunicar ao órgão gestor, a recusa do detentor de registro de preços em fornecer os produtos no prazo estabelecido pelo IDT.

4.1.1. O fornecedor terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para a assinatura do contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito.

4.1.2. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação exigidas no edital, as quais deverão ser mantidas pela CONTRATADA durante todo o período da contratação.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

Os signatários desta Ata de Registro de Preços assumem as obrigações e responsabilidades constantes no Decreto Estadual de Registro de Preços nº 32.824/2018:

5.1. O detentor do registro de preços, durante o prazo de validade desta Ata, fica obrigado a atender aos pedidos efetuados pela(s) Coordenação(ões) participante(s) do SRP, bem como aqueles decorrentes de remanejamento registrados nesta Ata, durante a sua vigência.

5.2. Competirá ao órgão gestor do Registro de Preços, o controle e administração do SRP, em especial, as atribuições estabelecidas nos incisos I ao VII, do art. 17, do Decreto Estadual nº 32.824/2018.

5.3. Caberá ao órgão participante, as atribuições que lhe são conferidas nos termos dos incisos I a V, do art. 18, do Decreto Estadual nº 32.824/2018.

CLÁUSULA SEXTA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. O preço a ser registrado é **o percentual da taxa de administração** para prestação do serviço de gerenciamento da frota de veículos;

6.2. Serão fornecidos sem ônus para o IDT: A emissão de todos os cartões (solicitação inicial e reposição); o fornecimento, instalação e reposição de equipamentos; a transmissão e processamento dos dados referentes à utilização dos serviços; instalação de sistema da empresa; treinamento de funcionários para operar o software.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados só poderão ser revistos nos casos previstos no art. 23, do Decreto Estadual nº 32.824/2018.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados na presente Ata, poderão ser cancelados de pleno direito, nas situações previstas no art. 25, e na forma do art. 26, ambos do Decreto Estadual nº 32.824/2018.

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES PARA A EXECUÇÃO

9.1. Os produtos que poderão advir desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas por meio de instrumento contratual a ser celebrado entre o órgão participante/interessado e o fornecedor.

9.1.1. Caso o fornecedor classificado em primeiro lugar, não cumpra o prazo ou os pré-requisitos estabelecidos pelo IDT em Edital, ou se recuse a executar o serviço em conformidade com as regras do Pregão a que se acha subordinado, terá o seu registro de preço cancelado, sem prejuízo das demais sanções previstas em lei e no instrumento contratual.

9.1.2 - Neste caso, serão convocados sucessivamente por ordem de classificação, os demais fornecedores.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO

10.1. O objeto deverá ser executado em conformidade com as especificações, prazos e locais estabelecidos no Anexo I - Termo de Referência do edital, bem como no instrumento contratual advindo deste SRP.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO

11.1. O IDT somente pagará pelos serviços efetivamente realizados.

11.2. As demais condições de pagamento serão formalizadas por meio de instrumento contratual a ser celebrado entre os órgãos e entidades participantes e o fornecedor, conforme Anexo V- minuta de contrato - do Edital a que está vinculado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O licitante que praticar quaisquer das condutas previstas no art. 32, do Decreto Estadual nº 28.089/2006, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, estará sujeito às seguintes penalidades:

12.1.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.

12.1.2. Impedimento de licitar e contratar com o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho - IDT, sendo, então, descredenciado no cadastro de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

12.2. O licitante recolherá a multa por meio de pagamento na Tesouraria do IDT podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão CONTRATANTE. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

12.2.1. As multas porventura aplicadas poderão ser descontadas dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE ou cobradas diretamente da CONTRATADA, administrativa ou judicialmente, e podendo ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

12.2.2. O atraso injustificado no prazo de fornecimento implicará multa correspondente a 3,33% (três vírgula trinta e três por cento) por dia, calculada sobre o valor total do contrato ou da parcela dos serviços não cumprida, até o limite de **10%** (dez por cento) desse valor.

12.2.3. Na hipótese mencionada no item anterior, o atraso injustificado por período **superior a 05(cinco) dias** caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com a rescisão unilateral do contrato e suas consequências, e da aplicação da sanção prevista no item 11.1.2.

12.2.4. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério da CONTRATANTE.

12.3. Sempre que não houver prejuízo para a CONTRATANTE, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério.

12.4. As aplicações das penalidades serão precedidas de concessões de oportunidades de ampla defesa por parte da CONTRATADA, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o foro do município da capital do Estado do Ceará, para conhecer das questões relacionadas com a presente Ata que não possam ser resolvidas pelos meios administrativos.

13.2. Assinam esta Ata, os signatários relacionados e qualificados a seguir, os quais firmam o compromisso de zelar pelo fiel cumprimento das suas cláusulas e condições.

Signatários:

Órgão Gestor	Nome do Titular	Cargo	CPF	RG	Assinatura
Instituto de Desenvolvimento do Trabalho		Presidente			

Empresa detentora do Reg. de Preços	Nome do Representante	Cargo	CPF	RG	Assinatura

ANEXO ÚNICO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____ /20__

MAPA DE PREÇOS (CADASTRO RESERVA)

Este documento é parte da Ata de Registro de Preços acima referenciada, celebrada entre o INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO - IDT e os fornecedores _____, cujos preços estão a seguir registrados por item, em face da realização do Pregão Eletrônico nº _____, conforme item 17.8 do Edital.

ITEM /LOTE	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM /LOTE	FORNECEDORES POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO REGISTRADO

ANEXO V
MINUTA DE CONTRATO N° _____ / 20__

Processo n° ____/20__

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM, O
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO
DO TRABALHO – IDT, E, A (O)
....., PARA O FIM QUE NELE SE
DECLARA.

O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO - IDT, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 02.533.538/0001-97, sito na Avenida da Universidade, 2596 - Benfica, CEP 60.020-180, Fortaleza / CE, neste ato representado por seu Presidente, portador do CPF nº, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, de outro, a empresa, inscrita no CNPJ sob. nº, Inscrição Estadual, com sede na, neste ato representada por seu representante legal, (cargo na empresa), portador da cédula de identidade RG nº expedida pelo(a) e inscrito no CPF/MF sob nº, doravante denominado CONTRATADA, firmam o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1. O presente contrato tem como fundamento o edital do Pregão Eletrônico nº ____/20__, e seus anexos, os preceitos do direito público, e a Lei Federal nº 8.666/1993, com suas alterações, e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do edital do Pregão Eletrônico nº ____/20__ e seus anexos, e à proposta da CONTRATADA, os quais constituem parte deste instrumento, independente de sua transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. O presente Contrato tem por objeto _____, visando suprir as necessidades operacionais e administrativas do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – Termo de Referência do edital e na proposta da CONTRATADA.

3.2. O objeto dar-se-á sob o regime de execução indireta: Empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS E DO REAJUSTAMENTO

4.1. O preço contratual global importa na quantia de R\$ _____ (_____), referente ao(s) lote(s) _____, sujeito a reajustes, desde que observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, a contar da apresentação da proposta, mediante negociações entre as partes, tendo como limite máximo a variação do IPC-BR.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. Os recursos necessários para a contratação do objeto visa atender o Instituto de

Desenvolvimento do Trabalho – IDT que estão previstos no _____, conforme abaixo:

Item	Conta corrente/código	Descrição

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo da data de vencimento da fatura/boleto, emitido mensalmente, e somente após recebimento definitivo da entrega do produto, acompanhado das respectivas Notas Fiscais e das Provas de Regularidades com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e FGTS.

6.1.1. No caso de **fornecedores com sede ou domicílio fora do Município de Fortaleza**, deverá ser apresentada prova de inscrição no CPOM – Cadastro de Empresas fora do Município, da Secretaria Municipal de Finanças, nos termos do artigo 144, da Lei Complementar nº 159/2013, combinado com o disposto nos artigos 210 do Regulamento do Código Tributário Município, aprovado pelo Decreto nº 13.716/2015.

6.1.2. Não sendo apresentado o cadastro mencionado no subitem anterior, o valor do ISSQN, incidente sobre a prestação de serviços objeto do presente, será retido na fonte por ocasião de cada pagamento, consoante determina o artigo 145º da Lei Complementar nº 159/2013, acrescentados pelos art. 211º e 613º do Regulamento do Código Tributário Município, aprovado pelo Decreto nº 13.716/2015 e Instrução Normativa SEFIN nº 002/2017.

6.1.3. A nota fiscal com incorreções será devolvida para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o caput, iniciará da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

6.2. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.3. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

6.4. A Nota Fiscal deverá ser emitida pela CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição do CNPJ apresentado na habilitação, na proposta e no Contrato, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outros CNPJs, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

6.5. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação, em virtude de penalidade imposta à CONTRATADA ou inadimplência contratual, inclusive quanto a não apresentação do demonstrativo dos serviços prestados.

6.6. A critério do CONTRATANTE poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações ou outras de responsabilidade da CONTRATADA.

6.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pelo CONTRATANTE, entre a data referida para o pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, terá a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga; I = Índice de compensação financeira = 0,0001644; TX = Percentual da taxa anual = 6%

$$I = \frac{tx}{100} \rightarrow I = \frac{6}{100} \rightarrow I = 0,0001644$$

6.8. O IDT somente pagará pelos serviços efetivamente realizados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

7.1. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura, devendo ser publicado na forma do parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal nº 8.666/1993.

7.2. O prazo de execução do objeto deste contrato deverá obedecer, as especificações e as condições estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico Nº ____/202__.

7.3. Os prazos de vigência e de execução deste contrato poderão ser prorrogados nos termos do que dispõe o art. 57, § 1º da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA CONTRATUAL

8.1. Não será exigida prestação de garantia para esta contratação.

CLÁUSULA NONA – DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO

9.1. Quanto à execução:

9.1.1. O objeto contratual deverá ser executado em conformidade com as especificações, prazos e locais estabelecidos no Anexo I - Termo de Referência do edital.

9.1.2. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 2 (dois) dias úteis antes do término do prazo de entrega, e aceitos pela contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

9.2. Quanto ao recebimento:

9.2.1. PROVISORIAMENTE, mediante recibo, pelo prazo de dois dias úteis contados do recebimento do serviço para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações.

9.2.2. DEFINITIVAMENTE, em até cinco dias úteis após o recebimento provisório, sendo expedido termo de recebimento definitivo, após verificação da qualidade e da quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas e, consequente aceitação das notas fiscais pelo gestor da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

9.3. Os materiais serão fornecidos de acordo com as necessidades da Instituição.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A contratada se obriga:

10.1.01. Prestar os serviços contratados, atendendo fielmente as necessidades, constantes do objeto;

10.2. Executar os serviços através de postos credenciados que sejam detentores de selo de qualidade do INMETRO;

10.2.01. O preço dos combustíveis não poderá ser superior ao comercializado pelos postos credenciados à população, respeitando a modalidade de pagamento;

10.3. Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo IDT e atender prontamente as reclamações que lhe forem dirigidas;

10.4. Apresentar no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços, a relação de pelo menos 50% de postos de combustíveis credenciados devendo conter no mínimo: endereço do estabelecimento, cidade, bairro e telefone para contato;

10.5. Manter durante todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços e/ou contrato,

uma rede de postos de combustíveis credenciados para o pleno atendimento aos veículos, garantindo o fornecimento dos serviços;

10.6. Os cartões utilizados devem ser individuais para os veículos, visando o controle eletrônico dos serviços;

10.7. Instalar ou disponibilizar via internet softwares de gerenciamento de frota de veículos, sem ônus para a **CONTRATANTE**, permitindo a manutenção dos cadastros, parametrização de cartões, emissão de relatórios operacionais para controle e gestão das informações sobre os veículos e usuários em cada base operacional do sistema;

10.8. Utilizar equipamentos especializados de leitura e gravação de dados para os cartões para efetuar eletronicamente as operações, o registro e o tratamento das informações;

10.9. Realizar o processamento das informações relativas as operações de cada um dos veículos de forma descentralizada e automática;

10.10. Permitir a informatização dos dados de consumo dos serviços, controles de quilometragem, custos, identificação dos veículos, identificador do portador do cartão, com sua respectiva matrícula funcional ou outra forma de identificação, da Instituição, tipos de combustíveis, cidade onde ocorreu a transação, datas, horários e postos de abastecimento, além de outros necessários ao controle de frota de veículos;

10.11. Permitir a realização de transações, garantindo os mesmos controles, quando surgirem problemas relativos a software e equipamentos de leituras de cartão existentes nos postos;

10.12. Disponibilizar e flexibilizar o credenciamento de novos postos de combustíveis de acordo com a conveniência do IDT;

10.13. Manter permanentemente atualizada a rede de postos credenciados nos sistema ou na internet;

10.14. Disponibilizar no ato da implantação do sistema, os cartões sem ônus para o IDT;

10.15. O condutor deverá ser identificado através de senha, de uso pessoal e intransferível;

10.16. Emitir faturas de pagamento contemplando os serviços realizados conforme item 03.03. do Termo de Referência, realizados mensalmente, no qual deve iniciar no primeiro dia do mês e terminar no último dia do mês, ficando expressamente proibido a emissão de faturas referentes a abastecimentos realizados há mais de 40 dias da emissão da fatura;

10.17. Em nenhuma hipótese, e sob qualquer pretexto, poderá a CONTRATADA vincular pagamentos de sua responsabilidade, inclusive os devidos a seus empregados, ou aos estabelecimentos credenciados ao sistema aos pagamentos a ela devidos pelo IDT;

10.18. Comunicar a CONTRATANTE qualquer anormalidade na prestação de serviços listados no item 03.03, deste termo;

10.19. Disponibilizar primeira e segunda via dos cartões solicitados para os veículos no prazo máximo de 07(sete) dias úteis, contados a partir da solicitação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Indicar os veículos, suas características, bem como seus condutores e outras informações que possibilite o maior controle da frota de veículos;

11.2. Notificar a CONTRATADA relativamente a qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços;

11.3. Fiscalizar a realização dos serviços, podendo, em decorrência, solicitar providências a CONTRATADA, que atenderá ou justificará de imediato. O não atendimento sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas no Contrato.

11.4. Aplicar as penalidades previstas no Edital, na hipótese de a CONTRATADA não cumprir o contrato, mantidas as situações normais de disponibilidade e volume dos serviços, arcando a referida licitante com quaisquer prejuízos que tal ato possa acarretar ao Contrato;

11.5. Conferir, receber e atestar as faturas/ notas fiscais, emitidas pela CONTRATADA.

11.6. Exigir as certidões comprobatórias da regular situação da contratada para com as fazendas federal, estadual e municipal, FGTS, Débitos Trabalhistas;

11.7. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalizar a prestação de serviços;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ESPECIFICAÇÕES DO SOFTWARE

12.1. O software para gestão da frota de veículos deverá possuir as especificações técnicas conforme segue:

12.1.01 Controlar o fornecimento dos serviços listados no subitem 03.03. deste Termo de Referência, através da validação de parâmetros pré-definidos, sendo esses, no mínimo, a identificação do veículo, a identificação do condutor e a conta de consumo dos referidos serviços para cada veículo, além de permitir a alimentação e alterações dos parâmetros;

12.1.02 Permitir a manutenção dos cadastros, parametrização de cartões e emissão de relatórios operacionais e financeiros para controle e gestão das informações sobre os veículos, usuários e respectivas despesas com os serviços listados no subitem 03.03. deste Termo de Referência, em cada base operacional do sistema, relativos a todo o período de vigência do contrato, sendo flexível, ao IDT, a seleção do período de consulta;

12.1.02.01. No caso da emissão de relatório mensal, este deverá iniciar no primeiro dia do mês e terminar no último dia do mês;

12.1.03. Efetuar operações do sistema e coletar informações de forma descentralizada por base, no momento do consumo dos serviços, de acordo com os locais determinados pelo IDT, integrando-as numa base de dados permanente e constantemente atualizada;

12.1.04. Efetuar eletronicamente o registro e o tratamento das informações de consumo, através do uso de equipamentos especializados de leitura e gravação de dados instalados nos postos credenciados;

12.1.05. Permitir a parametrização por cartão do limite financeiro para utilização de cada serviço, sendo estas cotas definidas pelo Gestor de Frota;

12.1.06. Permitir que cada condutor tenha a identificação validada pelo sistema através de digitalização de senha, durante a execução de qualquer operação realizada na Rede de Serviços.

12.1.07. Bloquear o fornecimento dos serviços nos casos em que não seja possível identificar o condutor e o veículo simultaneamente e comunicar ao gestor da frota;

12.1.07.01. O bloqueio do fornecimento dos serviços, poderá não ser exigido, para tanto o Órgão gestor do registro de preços deverá informar, através de ofício emitido à CONTRATADA, as situações em que o bloqueio não será efetuado;

12.1.07.02. O sistema deverá permitir parametrizar quais cartões deverão ser bloqueados;

12.1.07.03. O sistema deve bloquear a utilização dos serviços, quando os valores cobrados pela rede credenciada forem superiores aos informados pelo Órgão gestor do registro de Preços no sistema web.

12.1.08. Permitir a alimentação do crédito de cartões, através do próprio sistema para os veículos automotores, junto aos postos de abastecimento e demais estabelecimentos da rede, devidamente equipados com leitores e utilizados por meio de cartões;

12.1.09. Coletar as informações de cada serviço realizado nos postos credenciados, sendo essas informações, no mínimo: o modelo do veículo, sua placa, o condutor que está utilizando o serviço, o tipo de serviço, o limite financeiro do serviço para o veículo, a quantidade utilizada, o preço pago, a distância percorrida a partir do consumo do serviço anteriormente realizado (odômetro), a data, o horário e postos de abastecimento;

12.1.10. Disponibilizar, através de página na Internet e em tempo real, o acesso dos gestores através de senha, à consulta constante das informações coletadas e dos relatórios, bem como a

solicitação para alteração dos parâmetros pré-definidos;

12.1.11. Permitir a alimentação automática dos valores das cotas mensais até no máximo o primeiro dia do mês aos quais os créditos serão utilizados;

12.1.12. Disponibilizar a base de dados em formato eletrônico;

12.1.13. Garantir a não interrupção do serviço e todos os controles previstos, caso haja terminais leitores de cartões com defeito ou por qualquer outro motivo, ficando todos dados da transação registrados no sistema;

12.1.14. Deverá possuir meios de contingência (URA, SAC etc.) para casos em que os terminais leitores de cartões estejam com defeito.

12.1.15. Permitir o cadastro de veículos e o controle por tipo de frota (própria, locada, doada, temporária etc.);

12.1.16. Possuir controle de regra orçamentária, de forma que o IDT consiga segmentar e programar o seu orçamento de acordo com a sua necessidade/valor global do contrato;

12.1.17. Contemplar diversos controles no que diz respeito aos dados de consumo, controles de quilometragem ou hora, custos e outros possibilitando a emissão de relatórios gerenciais, operacionais, financeiros e cadastro, contendo, no mínimo:

12.1.17.01. Cadastro de postos de abastecimentos e rede de serviços credenciados;

12.1.17.02. Lista de veículos próprios e locados do Registro de preços;

12.1.17.03. Veículos com autorização para consumir cada um dos serviços listados no subitem 03.03. deste termo de Referência;

09. 01.17.04. Disponibilizar informação dos veículos não autorizados para utilização dos serviços.

12.1.17.05. Cadastro dos condutores;

12.1.17.06. Histórico (diário, mensal, em intervalo de datas definidas) de utilização dos serviços por condutor; por tipo de veículo; por posto credenciado; por localidade; e outros que possam vir a ser solicitados, durante o período de vigência do contrato e prorrogações, caso estes venham a ser firmados.

12.1.18. Apresentar demonstrativo de desempenho dos veículos por condutor, por tipo de veículo e por localidade, contendo:

12.1.18.01. A média de consumo dos serviços por quilometro rodado, os dados do condutor que esta utilizando o serviço, o tipo de serviço utilizado, o limite financeiro dos serviços, a quantidade utilizada, o preço pago, a distância percorrida a partir da utilização do serviço anteriormente realizado (hodômetro), a data, o horário e o local de utilização do serviço;

12.1.18.02. Demonstrativo de evolução das despesas e de utilização;

12.1.18.03. Relatórios cadastrais (por veículo, por grupos de veículos; por ficha técnica; por condutor);

12.1.18.04. Extratos de contas.

12.1.19. O sistema deverá permitir parametrizar a liberação ou bloqueio da utilização dos serviços por:

12.1.19.01. Dia;

12.1.19.02. Horário

12.1.19.03. Tipo de frota;

12.1.19.04. Número de transações (por dia, semana, mês);

12.1.19.05. Intervalo de tempo entre as transações;

12.1.19.06. Tipo de serviço;

12.1.19.07. Tipo de combustível

12.1.19.08. Preço mínimo e máximo por serviço;

12.1.19.09. Cidade/estado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CARTÕES MAGNÉTICOS

13.1. Para cada veículo da Contratante da frota atual, ou outros adquiridos durante a vigência do contrato, a Contratada deverá disponibilizar, sem custo a Contratante, um Cartão Magnético, aceito na rede de postos credenciados, que exija senha para o abastecimento, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

13.1.01. Número do Cartão;

13.1.02. Nome do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho - IDT;

13.1.03. Prazo de validade do Cartão;

13.1.04. Placa do veículo.

13.2. A Contratada deverá inabilitar quaisquer opções que permitam a realização de saques em dinheiro, compras e serviços que não sejam para aquisição de combustível;

13.3. Na hipótese de perda, roubo ou quebra do cartão, a Contratada deverá enviar, mediante solicitação da Contratante, novo cartão, em substituição ao primeiro, sem qualquer custo adicional.

13.4. O cartão é vinculado ao veículo e não ao condutor.

13.5. Os cartões que identificam os veículos deverão ser protegidos por senhas de forma a permitir a identificação do condutor no ato do abastecimento;

13.6. Em casos excepcionais (veículos: locados, temporários, veículos aguardando a confecção do cartão definitivo, cartões com defeito, quebra, roubo, extravio, etc.), deverão ser disponibilizados cartões reservas de acordo com a necessidade do órgão, de forma a controlar o consumo dos serviços listados no subitem 03.03. do Termo de Referência, garantindo os mesmos controles definidos no item 04. "Especificações" deste Termo de Referência;

13.7. O cartão reserva deverá estar associado ao veículo no momento da compra e quando for desassociado deverá ser bloqueado automaticamente pelo sistema.

13.8. A Contratada deverá disponibilizar, no mínimo, 10(dez) Cartões "Coringa", aos quais a Contratante poderá vincular, em situações extraordinárias, outros veículos, no interesse do IDT.

13.9. Os cartões deverão ser entregues em até 07 (sete) dias úteis a contar da assinatura do Instrumento Contratual, no endereço Av. da Universidade, 2596, Benfica Fortaleza/CE, CEP 60.020-180.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

14.1. A execução contratual será acompanhada e supervisionada pelo (a) Sr. _____, especialmente designado para este fim pela CONTRATANTE, de acordo com o estabelecido no art. 67, da Lei Federal nº 8.666/1993, doravante denominado simplesmente de GESTOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES

15.1. O licitante que praticar quaisquer das condutas previstas no art. 32, do Decreto Estadual nº 28.089/2006, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, estará sujeito às seguintes penalidades:

15.1.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.

15.1.2. Impedimento de licitar e contratar com o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho - IDT, sendo, então, descredenciado no cadastro de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

15.2. O licitante recolherá a multa por meio de pagamento na Tesouraria do IDT podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão CONTRATANTE. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

15.2.1. As multas porventura aplicadas poderão ser descontadas dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE ou cobradas diretamente da CONTRATADA, administrativa ou judicialmente, e podendo ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

15.2.2. O atraso injustificado no prazo de fornecimento implicará multa correspondente a 3,33% (três vírgula trinta e três por cento) por dia, calculada sobre o valor total do contrato ou da parcela dos serviços não cumprida, até o limite de 10% (dez por cento) desse valor.

15.2.3. Na hipótese mencionada no item anterior, o atraso injustificado por período superior a 05(cinco) dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com a rescisão unilateral do contrato e suas conseqüências, e da aplicação da sanção prevista no item 15.1.2.

15.2.4. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério da CONTRATANTE.

15.3. Sempre que não houver prejuízo para a CONTRATANTE, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério.

15.4. As aplicações das penalidades serão precedidas de concessões de oportunidades de ampla defesa por parte da CONTRATADA, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

16.1. O CONTRATADO deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “prática conluída”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) “prática obstrutiva”:

(1) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nesta cláusula;

(2) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

16.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

16.3. Considerando os propósitos dos itens acima, o contratado deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

16.4. O contratante, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

17.1. A inexecução total ou parcial deste contrato e a ocorrência de quaisquer dos motivos constantes no art. 78, da Lei Federal nº 8.666/1993 será causa para sua rescisão, na forma do art. 79, com as consequências previstas no art. 80, do mesmo diploma legal.

17.2. Este contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo pela CONTRATANTE, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, nos casos das rescisões decorrentes do previsto no inciso XII, do art. 78, da Lei Federal nº 8.666/1993, sem que caiba à CONTRATADA direito à indenização de qualquer espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

18.1. Competem a ambas as partes, de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste instrumento, na Lei Nº 8.666/93 e em outras disposições legais pertinentes, realizar, via termo aditivo, as alterações contratuais que julgarem convenientes.

18.2. O CONTRATADO, no curso da vigência contratual, se obriga a aceitar, nas mesmas condições ora pactuadas os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no percentual de até 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

19.1. A publicação resumida do presente contrato no Diário Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela CONTRATANTE, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD) -

20.1. O CONTRATADO se obriga, sempre que aplicável, a atuar no presente Contrato em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (“LGPD”).

20.2. Caso exista modificação dos textos legais acima indicados ou de qualquer outro, de forma que exija modificações na estrutura do escopo deste Contrato ou na execução das atividades ligadas a este Contrato, o CONTRATADO deverá adequar-se às condições vigentes. Se houver alguma disposição que impeça a continuidade do Contrato, conforme as disposições acordadas, o CONTRATANTE poderá resolvê-lo sem qualquer penalidade, apurando-se os serviços prestados e/ou produtos fornecidos até a data da rescisão e consequentemente os valores devidos correspondentes.

20.3. O CONTRATADO seguirá as instruções recebidas do CONTRATANTE em relação ao tratamento dos Dados Pessoais, além de observar e cumprir as normas legais vigentes

aplicáveis, sob pena de arcar com as perdas e danos que eventualmente possa causar à CONTRATANTE, aos seus colaboradores, clientes e fornecedores, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis.

20.4. O CONTRATADO deverá manter registro das operações de tratamento de Dados Pessoais que realizar, bem como implementar medidas técnicas e organizativas necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda, a alteração, a comunicação ou difusão ou o acesso não autorizado, além de garantir que o ambiente (seja ele físico ou lógico) utilizado por ela para o tratamento de Dados Pessoais é estruturado de forma a atender os requisitos de segurança, aos padrões de boas práticas de governança e aos princípios gerais previstos na legislação e nas demais normas regulamentares aplicáveis.

20.5. O CONTRATADO deverá notificar o CONTRATANTE sobre reclamações e solicitações dos titulares de Dados Pessoais que venha a receber (por exemplo, sobre a correção, exclusão, complementação e bloqueio de dados) e sobre as ordens de tribunais, autoridade pública e reguladores competentes, e quaisquer outras exposições ou ameaças em relação à conformidade com a proteção de dados identificada pelo mesmo.

20.6. A Contratada deverá notificar O CONTRATANTE em 24 (vinte e quatro) horas de:

- I. Qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais;
- II. Qualquer descumprimento das obrigações contratuais relativas ao processamento e tratamento dos Dados Pessoais; e
- III. Qualquer violação de segurança no âmbito das atividades do CONTRATADO.

20.7. O CONTRATADO compromete-se a auxiliar o CONTRATANTE, em razão do presente contrato, com a suas obrigações judiciais ou administrativas, de acordo com a Lei de Proteção de Dados aplicável, fornecendo informações relevantes disponíveis e qualquer outra assistência para documentar e eliminar a causa e os riscos impostos por quaisquer violações de segurança.

20.8. O CONTRATANTE terá o direito de acompanhar, monitorar, auditar e fiscalizar a conformidade do CONTRATADO com as obrigações de Proteção de Dados Pessoais, sem que isso implique em qualquer diminuição da responsabilidade que o CONTRATADO possui perante a LGPD e este Contrato.

20.9. O presente Contrato não transfere a propriedade de quaisquer dados do CONTRATANTE ou dos clientes desta para o CONTRATADO.

20.10. A CONTRATANTE não autoriza o CONTRATADO a usar, compartilhar ou comercializar quaisquer eventuais elementos de dados, que se originem ou sejam criados a partir do tratamento de Dados Pessoais, estabelecido por este Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS TERMOS EM ANEXO AO CONTRATO

21.1. Em razão dos serviços objeto da presente contratação, serão partes vinculantes e integrantes ao presente instrumento, os seguintes termos:

DESCRIÇÃO DO FORNECIMENTO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

22.1. Fica eleito o foro do município de Fortaleza, do Estado do Ceará, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa.

E, por estarem de acordo com o ajustado, as partes assinam o presente instrumento, depois de lido e achado conforme perante as testemunhas que também assinam, em 03 (três) vias, de igual teor, para um só efeito jurídico.

Fortaleza, de de 202__.

Vladyson da Silva Viana
Diretor Presidente do IDT
CONTRATANTE

Representante Legal da Empresa
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome _____
CPF: _____
RG: _____

Nome _____
CPF: _____
RG: _____